

Livre, partido da alternância

Link:

Show Author Info?:

Show Author Info?

Author(s):

Jorge Costa ^[1]

Os promotores do Manifesto 3D propuseram uma coligação entre o Bloco de Esquerda e o partido Livre. As posições assumidas por Rui Tavares como eurodeputado deram forma ao programa do Livre e o congresso fundacional confirmou-as. É bom conhecer esta política para compreender a resposta do Bloco.

Quando Rui Tavares trocou de programa e integrou a bancada dos Verdes no parlamento europeu, escolheu o campo da alternância, uma família política que, pela ação de Cohn-Bendit ou Joshka Fisher em maiorias governamentais em França e na Alemanha, fez parte do pior que a Europa viveu nos últimos anos. Essa adesão levou Tavares a uma radical mudança de orientação, tendo chegado a aprovar ^[2] um dos símbolos da política da austeridade - o visto prévio ^[3] da Comissão Europeia sobre os orçamentos nacionais.

Nesse novo papel, Tavares juntou-se aos que têm atribuído aos partidos da esquerda anti-troika as responsabilidades pela rota direita do PS. Se o PS chumbou centenas de propostas de esquerda em dezenas de anos no governo, quando estava na sua mão dar-lhes maioria, se o PS se orgulha do PEC4 e do apoio ao Tratado Orçamental, se diz que pagar a dívida é ?questão de honra?, então, a culpa só pode ser da esquerda se opôs a essas medidas e assim ?bloqueia? uma convergência...

Contra esse ?*bloqueio*?, Tavares apontava como exemplo de abertura o partido grego Esquerda Democrática (Dimar), que um dia ocorreria em Portugal ?se a ala esquerda do PS se aliasse aos bloquistas mais abertos ^[4]?. A história é sabida: o Dimar juntou-se à direita e ao Pasok e meteu ministros no desastre. Até hoje, apoia o governo Samaras no parlamento. E Rui Tavares não se desdisse.

Não espanta por isso que o partido Livre, no seu texto fundador ^[5], se mantenha cautelosamente calado sobre temas que dividem águas na luta política em Portugal.

Tratado orçamental, o grande tabu

Ainda antes do seu congresso, o Livre tornou estatutária ^[6] a garantia de que se *“revê no espírito?”* da declaração do Congresso Democrático das Alternativas (CDA) de 5 de outubro de 2012. A declaração entrou nos estatutos e por ali ficou, em espírito, pois dela pouco sobrou nas dezenas de páginas aprovadas pelo Livre.

O Livre refere-se de forma genérica a um eventual processo de revisão dos tratados, mas nem menciona o Tratado Orçamental europeu, aprovado pelo PS, PSD e CDS, que será um verdadeiro memorando perpétuo sobre a despesa do Estado. Onde houve clareza do Congresso Democrático das Alternativas na defesa da *“anulação?”* do Tratado, o Livre não diz uma palavra; onde o CDA colocou a *“reposição dos cortes?”* salariais, o Livre limita-se a defender que *“deve cessar o desproporcionado ataque?”* aos rendimentos do trabalho; onde o CDA defendeu *“o controlo público de sectores estratégicos da economia, nomeadamente a banca?”*, o Livre admite que *“a alienação de monopólios naturais deve ser travada?”*. Em vez de rejeitar *“a estratégia da austeridade?”* como o CDA teve a coragem de fazer, o Livre deseja minorar os excessos da *“austeridade obsessiva?”*... No fundo, tomando a declaração do CDA como referência, Rui Tavares propõe um ajustamento. Para governar com o PS, a esquerda tem de empobrecer o seu programa.

A clareza que falta quanto ao *“espírito?”* da declaração do CDA, sobra em algumas inovações de gosto duvidoso. Uma delas é um benefício fiscal para os contribuintes mais abonados: aceitando antecipar o pagamento dos seus impostos futuros, estes contribuintes ricos teriam *“um desconto”*. Outra proposta-surpresa é a criação de um *“fundo soberano”* (sic), como os do Qatar e dos Emiratos. *“No prazo de uma geração”,* uns 25 anos, Portugal deveria acumular neste fundo nada menos que *“um montante igual ao de 60% do PIB nacional, ou seja, o equivalente ao máximo de dívida soberana segundo os tratados europeus?”*. Coisa modesta: em média anual, 3800 milhões de euros, transferidos do orçamento do Estado e das *“concessões nacionais”* para a principesca conta. Assim, num único ponto do seu programa, o Livre já amortizou a dívida (sem dizer como), relançou a economia e o Estado social, e ainda gerou um superavit anual equivalente a 2,5% do atual PIB, o tal pé-de-meia para acautelar o futuro. Parece que Rui Tavares conhece a localização do petróleo das tais *“concessões nacionais”*...

A *“frente progressista?”* do *“arco constitucional?”*

O Livre volta a ser claro na definição de uma aliança de governo em torno de uma *“frente progressista”* assente na defesa da Constituição.

É certo que a defesa da Constituição deve unir toda a oposição contra os ataques do governo. Mas esta linha defensiva não faz um programa de esquerda. Não só porque a barricada é curta (a maioria dos cortes tem sido aplicada contornando os obstáculos constitucionais), mas também porque esta ideia de *“frente?”* é um favor ao Partido Socialista. O PS nunca inscreveu nos seus programas as revisões constitucionais que promoveu depois, no parlamento. Todas e cada uma delas, à direita. Voltará a ser assim quando o PS governar sob o Tratado orçamental. É isso que explica a presença envergonhada da direção do PS na sessão *“Libertar Portugal da Austeridade?”*, na Aula Magna, e sobretudo é isso que explica a escolha de junho passado, em plena crise do governo, quando Seguro preferiu fechar-se em negociações com a direita em vez de corresponder aos desafios que a esquerda lhe lançou.

O *“arco constitucional”* só defenderá a Constituição enquanto não estiver no governo a aplicar o Tratado orçamental, o mesmo Tratado que o Livre prefere esquecer no seu

programa. A *“frente progressista”* de Rui Tavares é portanto uma senha de passagem para o campo da alternância de sempre: *“Não é possível encontrar uma solução sem contar com o PS”* (Rui Tavares, *DN*, 3.2.2014).

Federalismo e governo europeu

Mas a mãe de todas as propostas do Livre é a eleição direta da Comissão Europeia para que se constitua um governo da União. Só com chanceler em Bruxelas e resumido a província ibérica é que Portugal teria finalmente *“um quadro legislativo para domesticar o poder do setor financeiro”*. Estamos a falar da mesma Europa em que a direita sempre dominou o Parlamento Europeu.

A Comissão é hoje o comando do carro de assalto aos países da periferia europeia, determinou catástrofes como a que abateu sobre Chipre, tudo em nome do exclusivo interesse do setor financeiro. Estas instituições não respondem senão às ordens da burguesia alemã e dos poderes seus subalternos. A única hipótese para a esquerda portuguesa está na desobediência como povo, tal como o Syriza preconiza na Grécia ou como as manifestações Que se Lixe a Troika defenderam nas nossas ruas. Para o federalismo do Livre, o caminho é a *“democracia europeia”* - mais autoridade e reforço do comando europeu. Mais poder para a mesma política.

Não, obrigado. A esquerda europeísta em que o Bloco sempre se situou (e com cujo programa Rui Tavares entrou ao Parlamento Europeu), recusou sempre esse caminho. Em nome da conjugação de dois níveis de decisão: governos/parlamentos nacionais e coordenação europeia, com duas câmaras ou parlamento reforçado.

As *“primárias abertas”* e a *“casta do setor político”*

Uma nota final sobre a denúncia pelo Livre da *“organização em casta do setor político”*.

O Livre anuncia a escolha dos seus candidatos a eleições por um processo de *“primárias abertas”*, isto é, através de uma votação pública em que qualquer pessoa (inscrita no partido ou não) pode propôr-se para encabeçar a lista do partido ou votar para escolher quem o fará.

Deixemos aqui de parte os problemas concretos que este processo implica, desde logo a vulnerabilidade à ação de poderes exteriores ao partido e ao seu projecto (media, lóbis, finança, etc.) que podem patrocinar e fabricar vencedores de *“primárias abertas”* como as que o Livre promete fazer. Antes de ser processual, a falência das *“primárias abertas”* é ideológica. As *“primárias abertas”* são o exemplo extremo da conceção democrática segundo a qual os partidos têm que proporcionar uma oferta política que responda à procura. E, neste caso, essa oferta política traduz-se em disputa uninominal, serviço que ainda há-de ser reconhecido pelos que andam há anos a querer impor o bipartidarismo através de uma reforma eleitoral em círculos excludentes.

Como escreveu recentemente Alberto Garzón [7], ativista do movimento dos indignados e deputado da Esquerda Unida espanhola, um partido assim concebido altera os seus critérios ao ritmo a que muda o *senso comum* na sociedade. E um partido para a transformação social não se dedica apenas a escutar as exigências da cidadania, mas também a tentar transformá-las, combatendo o *senso comum* em vez de se entregar a ele. A primeira vítima das ? *primárias abertas*? é portanto a própria ideia de partido transformador, de projeto contra-hegemónico em contraste com as ideias feitas.

É evidente que o jogo das "*primárias abertas*" aposta na profunda crise de credibilidade da representação política. Uma crise real e, em grande parte, *merecida* - não tanto pelos métodos de escolha dos representantes de cada programa político, mas sobretudo pelo tipo de relação predominante entre eleitos e seus programas. A submissão dos deputados da direita ao vexame do referendo à co-adopção, tal como as patéticas declarações de voto de deputados socialistas na aprovação de orçamentos e revisões constitucionais de direita, tudo isso são ruturas com quem votou, formas de corrupção da democracia representativa e de agravamento da sua crise de credibilidade.

Mas compreende-se que, eleito para Estrasburgo com o programa do Bloco e voltando a Portugal trazendo a aprovação do visto prévio [3], Rui Tavares prefira outros ângulos para observar a ?*casta do setor político*?.

Sumário da Home:

O Livre propõe um programa de ajustamento. Para governar com o PS, a política da esquerda tem de empobrecer.

Lead:

O Livre propõe um programa de ajustamento. Para governar com o PS, a política da esquerda tem de empobrecer.

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/opiniao/livre-partido-da-altern%C3%A2ncia/31272?page=0>

Ligações:

[1] <http://www.esquerda.net/autor/jorge-costa>

[2] <http://www.votewatch.eu/en/monitoring-and-assessing-draft-budgetary-plans-and-ensuring-the-correction-of-excessive-deficit-of-t.html>

[3] <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&reference=P7-TA-2013-0070&language=PT&ring=A7-2012-0173>

[4] <http://ruitavares.net/textos/ha-uma-nova-esquerda-2/>

- [5] http://livrept.net/wp-content/uploads/2014/02/PROGRAMA-POLITICO-CONSOLIDADO_revisto_DB.pdf
- [6] <http://livrept.net/wp-content/uploads/2014/02/Estatutos-consolidados.pdf>
- [7] <http://www.lamarea.com/2014/01/18/garzonn/>